



GRUPO PARLAMENTAR

Debate de Urgência

Consequências políticas, sociais e económicas, nos Açores, da invasão russa da Ucrânia: medidas e respostas

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo

O Parlamento dos Açores condenou ontem, de forma firme e unânime, a invasão russa da Ucrânia. Os deputados tiveram aqui a oportunidade de expressar a indignação do nosso povo a respeito da guerra e dos seus horrores. Tiveram a oportunidade de verbalizar a solidariedade do povo açoriano em relação ao povo ucraniano.

Mas sendo este um assunto que se insere na política internacional, que é uma responsabilidade do Estado, considero, ainda assim, que temos o dever de alargar o âmbito da nossa reflexão e discussão no âmbito da nossa autonomia.

A verdade é que os nossos instrumentos de autogoverno nos permitem, em muitas áreas, criar mecanismos que possam atenuar, nos Açores, os efeitos que a guerra e as sanções estão a ter na economia internacional e, por via disso, nas economias europeia, portuguesa e açoriana. É possível e deve ser feito. Não se deve esperar uma proteção absoluta, nem perto disso, mas a passividade não é opção.

Na perspetiva do PPM, o modelo adotado e construído ao longo dos últimos anos para combater a pandemia constitui um bom ponto de partida para enfrentar a atual crise. Na verdade, como se disse muitas vezes, o combate à Covid-19 obrigou a União Europeia e os diversos estados e regiões a mobilizar recursos e a intervir na economia e na sociedade numa lógica de economia de guerra.

Não se subestime os efeitos potencialmente devastadores da última guerra russa. Trata-se, em primeiro lugar, de uma crise energética e humanitária de enorme dimensão. O aumento do preço dos combustíveis afeta a prática totalidade dos diversos sectores de atividade das economias modernas e constitui, na história económica dos últimos dois séculos, o epicentro das maiores crises internacionais.



GRUPO PARLAMENTAR

Portanto, o que aqui se propõe é que se revisitem as medidas adotadas pelos dois últimos governos regionais no âmbito “da guerra” contra a Covid-19 e as suas consequências económicas e sociais. Admito que, em muitas situações, será necessário prolongar a vigência das medidas ainda em vigor. A análise deve ser feita caso a caso.

Será necessário, também, construir novas respostas. Por exemplo, no que diz respeito à devolução do aumento das receitas da Região geradas através do ISP. O Estado central já está a implementar uma série de mecanismos nesse sentido. Na Região pode e deve fazer-se melhor.

No imediato pode e deve fazer-se muita coisa, mas importa acelerar a implementação de políticas pensadas para o médio e longo prazo. Estou a falar, por exemplo, do aumento do ritmo da descarbonização da nossa economia e da transição ecológica. Da diminuição da nossa dependência em relação aos combustíveis fósseis.

Temos de tornar-nos menos dependentes do mercado internacional de combustíveis. Para que isso possa concretizar-se é essencial incrementar o investimento já planeado no âmbito da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Temos de fazer mais e mais depressa nesta área.

Meus senhores!

Não é uma matéria que dependa de nós, mas temos de ser uma voz que alerte para a impossibilidade de aplicar o **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** e das reformas e investimentos que o mesmo contempla, que se destinam, em tese, a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

O mesmo tem de ser flexibilizado, nomeadamente no que diz respeito aos prazos de execução, que são, como todos sabem, muito rigorosos. Nas atuais circunstâncias, as economias periféricas estão a ser esmagadas pelos atrasos e o aumento exponencial dos preços que se verifica nos mercados internacionais, nos mais diversos âmbitos.

Aquilo que temos de fazer é levar esta questão a debate no plano nacional e europeu. Se nada se alterar, uma parte dos apoios previstos no PRR nunca chegará.

Meus senhores!



GRUPO PARLAMENTAR

O que depende de nós é o esforço que a Região está disposta a fazer no plano humanitário para ajudar a população ucraniana. Nesta matéria é importante que o Governo dos Açores e a sociedade civil se empenhem na mobilização dos nossos recursos para receber o maior número possível de refugiados ucranianos.

Sei que é esse o propósito do Governo dos Açores nesta matéria. Este esforço deve ser feito em estreita articulação com o Governo do Estado, a União Europeia e a sociedade civil. Temos o dever de fazer o máximo possível. De mobilizar consciências e meios num grande esforço de solidariedade. Estas são circunstâncias de exceção. A Europa enfrenta a maior crise de refugiados desde a II Guerra Mundial. Os Açores têm de estar à altura das circunstâncias excepcionais que estamos a enfrentar.

Meus senhores!

No plano estritamente político está na hora de clarificar posições. De fazer escolhas. De dizer claramente à população quais são os nossos propósitos. Quais são as consequências dos nossos atos.

Existe uma linha que separa claramente os que apoiam a atribuição de assistência financeira à população ucraniana e os que não o fazem, como foi o caso da extrema-esquerda portuguesa, PCP e Bloco de Esquerda, no passado dia 14 de fevereiro, no Parlamento Europeu.

A causa da defesa da liberdade não admite nuances e tibiezas. Tudo tem de ser feito para apoiar os oprimidos. Para apoiar os que estão a ser alvo de uma agressão militar brutal.

Não basta condenar. É necessário agir. É necessário ajudar.

E sim, a NATO é necessária. Os povos europeus, vítimas centrais dos últimos dois grandes conflitos mundiais, devem preservar, em conjunto com os Estados Unidos e o Canadá, um sistema de alianças político-militares que garanta a defesa das populações e da integridade territorial dos estados contra invasões externas.

Existe quem não pense assim. Existe quem queira – a nossa extrema-esquerda, por exemplo – colocar os povos da Europa à mercê da implacável máquina militar russa, tal como já o tinham feito no tempo da União Soviética. A NATO constitui a única garantia da preservação da independência e da liberdade de muitas populações e Estados da Europa de leste.



GRUPO PARLAMENTAR

Esta crise político-militar também deixou patente que a Europa não pode continuar indefesa perante uma grande potência militar com é a Federação Russa. É necessário que a União Europeia avance também na construção de um projeto comum de defesa europeia.

Os Açores são uma região de alto valor estratégico. A invasão russa da Ucrânia apenas tornou este facto mais evidente.

Mas a verdade é que a nossa posição tem sido negligenciada e subestimada. Importa, nas presentes circunstâncias, voltar a colocar a questão da utilização militar da Base das Lajes de uma forma muito assertiva. O passivo ambiental tem de ser resolvido. As contrapartidas resultantes da sua utilização têm de ser revistas.

Em síntese, a invasão russa da Ucrânia projeta uma enorme perturbação no quadro político, social e económico mundial. Os Açores estão já a ser largamente afetados. Estão a ser desenvolvidas respostas globais, nomeadamente por parte da União Europeia.

Importa, no entanto, que o Governo dos Açores também faça o que está ao seu alcance, em articulação com Estado. É necessário avaliar, prever e agir. Estou certo que os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores estarão à altura das circunstâncias.

É este o propósito do debate de urgência que estamos a promover. Também aqui, nas circunstâncias criadas pela guerra, a Autonomia Açoriana tem um papel a desempenhar: o da defesa da população açoriana face a circunstâncias graves e excecionais.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 9 de março de 2022

O Deputado

Paulo Estêvão